



CNJ decide se fará censo para traçar perfil de servidores do Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça deve decidir até o mês de fevereiro sobre um censo do Judiciário, que será um raio-x da situação socioeconômica dos juízes e servidores da Justiça em todo o país. A ideia é que o estudo seja utilizado para decidir sobre a adoção de cotas para o ingresso na magistratura. As informações são do portal *GI*.

Segundo o conselheiro Jorge Hélio, um dos autores da proposta, a ideia é embasar a decisão do Conselho em um processo que pede a adoção de cotas raciais para o ingresso de juízes, servidores e estagiários.

"A proposta é da realização de um censo para se ter um diagnóstico geral do Poder Judiciário. [...] Um censo de natureza socioeconômica com 32 perguntas sobre o perfil salarial, quantos familiares, grau de escolaridade, etnia", disse Jorge Hélio.

Para o conselheiro, é preciso "expor as vísceras e daí propor o que tem que ser melhorado". "É importante porque é inédito. Nunca houve um censo no Poder Judiciário para saber quem são seus membros", completou.

Segundo o conselheiro, há expectativa de que o plenário aprove o pedido para a pesquisa na próxima sessão do CNJ, no dia 29 de janeiro, ou na sessão no dia 5 de fevereiro. Com isso, informou ele, o censo poderia ser feito em 120 dias e o resultado, já formatado e comparado com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população brasileira ser apresentado até o fim de julho.